



**Escola de Comunicação e Artes**  
**Departamento de Comunicação**  
**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

Trabalho de Fim de Curso

**Acesso a Informação para Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva, caso de  
Estudo TV Surdo e TVM no período entre 2021 – 2024**

Candidata: Paulina Eusébio Lobo

Supervisor: Mestre Adão Matimbe

Maputo, Dezembro de 2024

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Departamento de Comunicação**  
**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

**Acesso a Informação para Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva, caso de  
Estudo TV Surdo e TVM no período entre 2021 – 2024**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Jornalismo na Escola de Comunicação e Artes, como requisito principal para a obtenção do grau de Licenciatura em Jornalismo.

**Candidata:** Paulina Eusébio Lobo

**Supervisor:** Mestre Adão Matimbe

Maputo, Dezembro de 2024

**Escola de Comunicação e Artes**  
**Departamento de Comunicação**  
**Curso de Licenciatura em Jornalismo**

**Acesso a Informação para Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva, caso de  
Estudo TV Surdo e TVM no período entre 2021 – 2024**

Monografia apresentada ao curso de  
Licenciatura em Jornalismo na Escola de  
Comunicação e Artes, como requisito principal  
para a obtenção do grau de Licenciatura em  
Jornalismo.

**Candidata:** Paulina Eusébio Lobo

**JÚRI**

---

Presidente: \_\_\_\_\_

Escola de Comunicação e Artes

---

Supervisor: Mestre Adão Matimbe

Escola de Comunicação e Artes

---

Oponente: \_\_\_\_\_

Escola de Comunicação e Artes

Maputo, Dezembro de 2024

## **Epigrafe**

Comunicar sem exceção é uma responsabilidade ética e moral de um bom profissional.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos meus pais, Eusébio Lobo e Celeste André Machava pelo apoio desde o início da minha carreira estudantil e por me ajudarem de forma financeira e moral para que eu chegasse até aqui. Ao meu esposo Orlando Maquete, que não mediu esforços para a realização deste sonho, em especial ao meu filho Gary Orlando Lobo Maquete que com apenas duas semanas após o seu nascimento tive que deixá-lo em casa adaptar-se a ficar horas sem mim por perto para que eu terminasse algumas cadeiras em atraso.

## **Agradecimentos**

Em primeiro agradecer a Deus pela vida e pela saúde, pois sem ele, eu não estaria aqui.

Aos meus pais, pelo apoio em todos os momentos, a minha mãe que não deixou faltar material escolar desde o início do meu percurso acadêmico, ao meu pai que nos dias de chuva me esperava na paragem com guarda-chuva para eu não molhar da paragem até em casa e sempre com água bem quente e sopa confeccionada por ele mesmo esperando por mim, isto antes de eu casar, sinto saudades.

Ao meu esposo que me esperava para o jantar, não dormia sem antes eu chegar. Que na crise financeira trancou sua faculdade para pagar a minha faculdade.

Ao meu filho que desmamou sozinho e muito cedo por eu não estar sempre presente para o amamentar, optou sozinho pelo o que o alimentava na minha ausência.

As minhas irmãs Leila Lobo, Maria Cristina Lobo, Irrene Lobo, obrigada pelo apoio sempre que precisei.

Ao meus docentes e colegas que muito aprendi deles, o meu colega Jonas Nhabau que sempre me apoiou quando eu tivesse dificuldades em alguma matéria. A minha amada e amiga colega Carmélia Mutambe, a irmã para vida toda que a Escola de Comunicação e Artes da UEM me deu.

## **Resumo**

A pesquisa tem como objectivo investigar o acesso a informação para portadores de deficiência visual e auditiva caso de estudo TV SURDO. Diante do actual contexto das novas tecnologias, reflecte-se sobre como o jornalismo pode explorar os recursos de acessibilidade presentes nos dispositivos móveis e modificar a cultura enraizada nos meios de comunicação social para contribuir na inclusão informativa, debate sobre o papel social do jornalismo na inclusão de pessoas com deficiência visual e auditiva. Em um primeiro momento, realizou-se revisão bibliográfica para perceber as mudanças culturais através das tecnologias de informação e comunicação, as potencialidades das mídias móveis, a acessibilidade nesses meios e o uso de ferramentas disponíveis actualmente para incluí-la no jornalismo. Utilizou-se a técnica de observação sistemática como método de pesquisa para analisar os mídias, o trabalho expõe a análise a prática jornalística moçambicana, bem como contribui para a reflexão sobre os potenciais desafios que precisam ser observados na construção de uma mídia inclusiva e informativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acessibilidade Comunicativa; Comunicação; Deficientes;

## **Abstract**

The research aims to investigate access to information for people with visual and hearing impairments, case study TV SURDO. Given the current context of new technologies, we reflect on how journalism can explore the accessibility resources present in mobile devices and modify the culture rooted in the media to contribute to informative inclusion, debate on the social role of journalism in inclusion of people with visual and hearing impairments. Initially, a bibliographical review was carried out to understand cultural changes through information and communication technologies, the potential of mobile media, accessibility in these media and the use of currently available tools to include it in journalism. The systematic observation technique was used as a research method to analyze the media. The work exposes the analysis to Mozambican journalistic practice, as well as contributing to reflection on the potential challenges that need to be observed in the construction of an inclusive and informative media.

**KEYWORDS:** Communicative Accessibility; Communication; Disabled;

### **Lista de Figuras**

<b>Figura 01:</b> Linguagem de Sinais.....	12
<b>Figura 02:</b> Leitura em Sistema Braille .....	13
<b>Figura 03:</b> Cidadão actual no mundo comunicativo .....	15
<b>Figura 04:</b> Teclado em Braille .....	17
<b>Figura 05:</b> Comunicação em Gestos .....	18
<b>Figura 06:</b> Sistema de Comunicação .....	19

### **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 01</b> □ Nível de resposta.....	28
---	----

## **Siglas e Abreviaturas**

AD – (áudio descrição)

CRM – (Constituição da República de Moçambique)

(CIF) – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde –

(DUDH) – Declaração Universal dos Direitos Humanos

(INE) – Instituto Nacional de Estatística Estatísticas

(ONU) – Organização das Nações Unidas

(PcD) PcD – Pessoas com Deficiência

(PDV) – Pessoas com Deficiência Visual

(PDA) – Pessoas com Deficiência Auditiva

(SAP) – Programa Secundário de Áudio

(PNEEs) – Portadores de Necessidades de Educacionais Especiais

TV – (Televisão)

TVM – (Televisão de Moçambique)

## ÍNDICE

Folha de rosto.....	i
Verso da folha de rosto.....	ii
Folha de aprovação.....	iii
Epigrafe .....	iv
Dedicatória .....	v
Agradecimento.....	vi
Resumo.....	vii
Resumo em língua estrangeira.....	viii
Listas de tabelas, quadros, figuras .....	ix
Lista de Abreviaturas e siglas.....	x
Resumo .....	7
Abstract.....	8
KEYWORDS: Communicative Accessibility; Communication; Disabled; .....	8
Siglas e Abreviaturas .....	ii
<b>CAPITULO I.....</b>	<b>1</b>
1. Introdução .....	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Problemática .....	2
1.3 Justificativa .....	4
1.4 Objectivos .....	5
1.4.1 Objectivo Geral.....	5
1.4.2 Objectivos Específicos.....	5
1.4.3 Hipóteses.....	5
<b>Capitulo II .....</b>	<b>6</b>
2. Quadro Teórico conceptual.....	6
2.1 Deficiência visual.....	6
2.2 Deficiência auditiva .....	7
2.3 A deficiência sensorial .....	8
2.4A comunicação.....	9
2.5 Comunicação oral .....	10
2.6 Comunicação escrita .....	11

2.7 Linguagem de sinais .....	12
2.8 O Sistema Braille .....	13
2.9 Inclusão social.....	14
2.10 Cidadania Comunicativa .....	14
2.11 Tecnologias digitais .....	15
2.12Tecnologias assistivas .....	16
2.13 Audiodescrição .....	17
3. Contextualização da pesquisa .....	18
3.1 Elementos da Comunicação.....	19
3.2 Lei de acesso a informação em Moçambique .....	20
4. Jornalismo e acessibilidade para a construção da cidadania .....	22
4.1 Acessibilidade comunicacional.....	24
4.2 Fundamentação da inclusão social na Comunicação .....	24
<b>CAPITULO III.....</b>	<b>26</b>
5. METODOLOGIA .....	26
5.1 Quanto a abordagem .....	26
5.2 Método Indutivo.....	26
5.3 Método Comparativo .....	27
5.4 Quanto aos objectivos.....	27
5.5 Métodos de Procedimento.....	28
5.5.1 Método monográfico.....	28
5.5.2 Técnicas de Recolha de Dados.....	28
5.6 Quanto aos Procedimentos Técnicos .....	29
5.6.1 Pesquisa Bibliográfica.....	29
<b>CAPITULO IV .....</b>	<b>30</b>
6. Apresentação e Análise de dados:.....	30
<b>CAPITULO V.....</b>	<b>37</b>
7. Considerações Finais .....	37
8. Referências Bibliográficas .....	38
9. Anexos .....	40

# CAPITULO I

## 1. Introdução

### 1.1 Contextualização

Para melhor compreensão do estudo, estruturou-se o trabalho em quatro partes: a primeira parte introdutória apresentação das bases norteadoras do trabalho, a segunda parte diz respeito ao mapeamento teórico dos principais conceitos para a concepção da pesquisa, a terceira parte aborda questões metodológicas usadas para a materialização do trabalho e por fim o quarto capítulo apresenta os dados e análise da investigação. Conceitos como Pessoas com deficiência, acessibilidade comunicativa, inclusão merecem destaque no trabalho pois constituem os pilares da inclusão e maior alcance da Cidadania democrática.

Em termos teóricos o trabalho apresenta autores bases como Campbell, Mata e Pizzano que defendem a necessidade de um novo desenho da narrativa jornalística desde a sua concepção até a publicação de notícias propriamente no resultado final que se transmite ao público buscando-se sempre a inovação, criatividade e lançamento de conteúdos inclusivos.

Diante desta análise, foi possível perceber que os profissionais sabem que não produzem conteúdos inclusivos, depois de terem acesso a informação de que existe a possibilidade de gerar conteúdos acessíveis, que estão cometendo um erro. Assim, podemos apontar que há um descaso dos veículos de comunicação jornalísticos com deficiência em relação à produção de conteúdos acessíveis. Ressaltamos que essa desconsideração não parte apenas do fato dos profissionais não produzirem conteúdo acessível, mas sim de não reflectirem sobre estas questões comunicativas para as pessoas com deficiência e muito menos as reconhecerem como parte da sociedade e cidadãos de direitos adquiridos. Definiu-se a pesquisa com as prerrogativas associadas às Pessoas com Deficiência Visual (PDV) e Pessoas com Deficiência Auditiva (PDA), ou seja, aquelas que possuem algum grau de deficiência sensorial e ou no âmbito cognitivo. Por isso, é preciso que os desenvolvedores de notícias e as empresas de jornalismo na internet questionem a emergência de considerar as pessoas com deficiência como usuários activos em potencial. Considerando a responsabilidade social de entregar informação para todas as pessoas, sem esquecer que isto tem como resultado o aumento do número de acessos aos conteúdos mediáticos.

## 1.2 Problemática

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), publicada em 1948, buscou-se preservar o carácter humano, independentemente da cultura, raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição particular. Os Direitos Humanos são universais e inalienáveis, ou seja, são aplicados de forma igual, neste sentido, ninguém deveria ser privado de seus direitos essenciais como ser humano.

Há inúmeros artigos na DUDH, mas, em relação ao que tange a comunicação podemos destacar, o direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e à opinião sem censura.

*“Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, p. 09).*

Neste sentido, entendemos que o Jornalismo, a partir do seu papel social de informar e comunicar, bem como, de dar ao receptor a capacidade de criar sua própria opinião e exercer o seu papel de cidadania deveria considerar as limitações das pessoas em relação às suas capacidades e habilidades distintas para consumir os conteúdos gerados.

*Moçambique tornou-se o 101º país no mundo e o 15º estado africano com uma Lei do Direito à Informação desde o dia 31 de Dezembro de 2014, data da entrada em vigor do instrumento legal. O Direito à Informação Para Jornalistas tendo em vista simplificar e facilitar o uso da Lei e do regulamento do Direito à Informação, trata-se da Lei nº 34/2014, de 31 de Dezembro e do Decreto nº 35/2015, de 31 de Dezembro, respectivamente.*

A Constituição da República de Moçambique, no Artigo 48, afirma que "todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação". Este dispositivo é reforçado por leis complementares que promovem a inclusão e acessibilidade. No entanto, a prática demonstra uma lacuna entre o que é estipulado legalmente e a realidade vivida por pessoas com deficiência visual. A legislação precisa ser acompanhada de políticas eficazes e recursos adequados para sua implementação (Lopes, 2018).

Entretanto, as pessoas com deficiência auditiva dependem fortemente da língua de sinais para o acesso a informação sendo fundamental o seu diário, entretanto a realidade demonstra que em poucos casos utiliza-se o recurso de língua de sinais para a transmissão da informação na Televisão Pública Moçambicana desta feita excluindo-se pessoas com deficiência auditiva.

Por outro lado, a produção de materiais em formatos acessíveis, como braille e áudio, é insuficiente. Documentos governamentais, informações de saúde pública e outros conteúdos de interesse geral raramente estão disponíveis nesses formatos, o que exclui uma parte significativa da população a informação vital (Chambo, 2017).

No entanto, enquanto a TV Surdo tem feito avanços notáveis, a televisão pública em Moçambique (TVM) ainda tem um papel crítico a desempenhar na salvaguarda do direito constitucional à informação para pessoas com deficiência visual. A televisão pública deve assegurar que suas transmissões e conteúdos estejam acessíveis a todos os cidadãos, incluindo aqueles com deficiência visual.

A grande preocupação reside no facto da totalidade dos conteúdos gerado pela imprensa não contém acessibilidade e pretendemos entender os motivos que levam a isso. Ao considerarmos a abrangência da imprensa, o uso de suas multiplataformas interligadas que são às tecnologias disponíveis que podem contribuir para a divulgação da comunicação acessível, surgiu a ideia de pesquisar e entender as práticas quotidianas de produção.

### **Pergunta de Partida:**

Até que ponto as Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva, têm acesso a informação transmitida na TV Surdo e na TVM?

### 1.3 Justificativa

Esta pesquisa revela-se importante sob ponto de vista social porque aborda os recursos de acessibilidade que são empregues nos principais meios de comunicação de Moçambique, isso nos ajuda a pensar quais deles são mais adequados para o consumo acessível a pessoas portadoras de deficiência visual e auditiva como sendo cidadãos que precisam manter-se informados.

Em dado momento socialmente os medias devem ser mais inclusivos e utilizar estratégias mediáticas aglutinadoras de todas camadas sociais, para que as notícias reflectam a visão geral de uma sociedade. Sob ponto de vista técnico e profissional a pesquisa enriquece o manancial literário jornalístico de modo a se repensar os paradigmas de difusão da informação, é justamente o webjornalismo, que apresenta características específicas e traz outras experiências de construção de formatos noticiosos, apropriando-se de consolidadas estruturas de mídia e contribuindo com inovações, que nos interessa nessa investigação.

A nova concepção do fazer jornalismo sugere que haja facilidade na interacção entre jornalistas e receptores da informação, facilita a consulta, fácil interpretação (linguagem descodificada), simplifica os procedimentos para solicitar informação, promove a transparência, a prestação de dados e fortifica a cidadania.

A importância da comunicação inclusiva actualmente na sociedade é que ela serve como meio de pesquisa, investigação, critica, consulta etc, e como forma de desenvolvimento para melhorar o nível de informacional dos cidadãos, por meio dessa estrutura de mudanças na educação e na ortografia podem ser alcançadas, a composição comunicativa eleva a criatividade e a sensibilidade na análise dos conteúdos.

As universidades devem preparar os estudantes com técnicas que lhes possibilitem transmitir informação acessível. A partir disso, seria possível orientar os alunos, possibilitar uma reflexão acerca da importância de criar conteúdos acessíveis, além de aumentar o fluxo de trabalhos que busquem melhorias nesse quesito, há uma necessidade de reconhecimento e inclusão da acessibilidade comunicativa como uma das características fundamentais e conceituais do jornalismo digital.

Será utilizado, em primeiro plano, pelos profissionais de comunicação social (repórteres, editores, fotógrafos, etc), foco está no jornalista, definido, no artigo 26 da Lei de Imprensa de Moçambique (lei no 18/91, de 10 de Agosto) como “o profissional que se dedica à pesquisa, recolha, selecção, elaboração e apresentação pública, constitua profissão principal, permanente e remunerada”, porém, profissionais de outras áreas e cidadãos, de um modo geral, podem consultá-lo.

## **1.4 Objectivos**

### **1.4.1 Objectivo Geral**

- Analisar como a TV Surdo e a TVM asseguram o acesso à Informação para Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva.

### **1.4.2 Objectivos Específicos**

- Estudar as técnicas usadas pela TV Surdo e TVM para assegurar o acesso a informação a pessoas com deficiência visual e auditiva;
- Reflectir a cerca da importância de criar conteúdos acessíveis, além de aumentar o fluxo de trabalhos que busquem melhorias nesse quesito.

### **1.4.3 Hipóteses**

- A falta de conhecimento para a produção de conteúdos inclusivos para pessoas com deficiência visual e auditiva pela TV Surdo e TVM contribui para o fraco acesso à informação por parte deste grupo social.
- O custo elevado de novas tecnologias assertivas inibem a TVM e a TV Surdo de produzirem conteúdo acessível a Pessoas com deficiência visual e auditiva.

## Capítulo II

### 2. Quadro Teórico conceptual

#### 2.1 Deficiência visual

De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (2004, p. 14) as “deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda.” Existem diversas conceituações para a deficiência visual ou cegueira. De uma forma geral ela pode ser definida pela perda total ou parcial do sentido da visão, sendo classificada por meio de duas “escalas oftalmológicas: acuidade visual, aquilo que se enxerga a determinada distância e o campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão.” (Conde, 2012).

(...) Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)”.

Para fins desse trabalho, os termos “cegueira”, “deficiência visual” e suas variantes, serão usados para referir-se aos indivíduos com perda total ou parcial da visão com dificuldades para enxergar ao ponto de necessitarem de instrução em *braille*, definição adoptada normalmente para fins pedagógicos (Conde, 2012).

Desta maneira é necessário entender que a deficiência visual além de suas causas e classificações de acordo com as normas internacionais carece de muitas interpretações científicas que explicam este problema que afecta especialmente as crianças e adultos mas também é preciso compreender os métodos de adaptação para as pessoas com deficiência visual.

A deficiência visual ocorre quando há a perda definitiva, total ou parcial, da visão, ou seja, nos casos em que não existe a possibilidade de correção da capacidade visual plena, seja com óculos, lentes de contacto ou cirurgia segundo (Gil, 2000).

Essencialmente, a deficiência visual é uma condição irreversível que causa limitação funcional de um ou de ambos os olhos ou outro componente do sistema da visão, sendo que, dependendo do grau de deficiência visual, actividades comuns do dia-a-dia, como dirigir e assistir televisão, por exemplo, podem ser comprometidas ou impraticáveis.

A princípio, a visão de uma pessoa pode ser prejudicada por diferentes razões e levar a uma condição irreversível, ou seja, a deficiência visual. Assim, doenças congénitas, hereditárias ou subjacentes, além de danos oculares causados por traumas e até mesmo negligenciam-no as boas práticas de saúde visual, são os maiores causadores da deficiência visual, como: Glaucoma, retinopatia diabética, degeneração macular ambliopia, (Kohlsdorf, 1996).

É o sentido mais dominante na espécie humana, uma vez que é capaz de proporcionar a maior variedade de informações, tais como espaço, luz, cor, distância, textura, forma, contraste (Kanashiro, 2003, p. 157).

Além disso, diferentemente do tato, do paladar e na maior parte dos casos, o olfacto, a visão e a audição permitem ainda o que se chama de detecção remota, o que significa que, em condições normais, é possível receber informações por meio desses sentidos mesmo a grandes distâncias.

## **2.2 Deficiência auditiva**

Para Garcia (2001) deficiência auditiva é a perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo. A deficiência auditiva moderada é a incapacidade de ouvir sons com intensidade menor que 50 decibéis e costuma ser compensada com a ajuda de aparelhos e acompanhamento terapêutico. Em graus mais avançados, como na perda auditiva severa (quando a pessoa não consegue ouvir sons abaixo dos 80 decibéis, em média) e profunda (quando não escuta sons emitidos com intensidade menor que 91 decibéis), aparelhos e órteses ajudam parcialmente, mas o aprendizado de Libras e da leitura orofacial, sempre que possível, é recomendado. “A perda auditiva em crianças é uma incapacidade silenciosa, oculta, se não diagnosticada precocemente e tratada, pode levar ao retardo no desenvolvimento da fala e da linguagem, problemas sociais, problemas emocionais e ao insucesso escolar, interferindo no processo de aprendizagem” (Barbosa, 2015).

A deficiência auditiva é qualquer alteração na percepção normal dos sons e essa alteração pode variar em graus, função da intensidade sonora, medida em decibéis, que o indivíduo é capaz de processar. A perda da habilidade de ouvir pode ser causada por qualquer alteração que fuja da normalidade no processo de audição, seja qual for a causa, tipo e intensidade.

Conforme Pizzano (2016) é pela percepção auditiva que o ser humano consegue captar, perceber, detectar, discriminar, emitir, reconhecer e compreender os estímulos sonoros que escutamos, desenvolvendo assim a sua comunicação oral.

É fundamental para a aquisição das representações ortográficas das palavras, essa significativa importância desse processo é a decodificação para o desenvolvimento da leitura no estágio inicial, o que posteriormente permitirá a leitura via rota lexical. Nos estágios posteriores, a decodificação fonológica ainda continua sendo de extrema importância, visto que o leitor está sempre se deparando com palavras desconhecidas.

Segundo Porto (2011) para a leitura e escrita ocorrer, é necessária uma ação conjunta das seguintes aptidões: discriminação auditiva, composição e decodificação dos sons, discriminação visual, organização e orientação dos elementos no espaço, sequência temporal, coordenação dos movimentos finos, conhecimento e controle do próprio corpo e noção de lateralidade.

A audição entretanto não é tão precisa para se obter conhecimento do objecto emissor de estímulos uma vez que "(...) através dos ouvidos, têm-se a informação de onde provêm os ruídos, mas se traduz imperfeitamente os termos quanto à distância." (Claval, 1999, p. 158).

Somente a noção de distância que podemos obter de forma mais confiável por meio da visão, mas também todas as características formais do objecto.

### **2.3 A deficiência sensorial**

É caracterizada pelo não funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco principais sentidos. A surdez e a cegueira são consideradas deficiências sensoriais, mas déficits relacionados ao tato, olfacto ou paladar também podem ser enquadrados neste tipo de deficiência (Barbosa, 2015).

Contudo, para o interesse desta pesquisa, demos foco nas "deficiências" sensoriais que são mais prejudicadas pela falta de acessibilidade comunicativa no âmbito do jornalismo e, por consequência,

complicam o exercício da cidadania e os Direitos Humanos das pessoas com deficiência visual e auditiva.

## **2.4A comunicação**

A comunicação é um processo de interação no qual compartilhamos mensagens, ideias, sentimentos e emoções, podendo influenciar o comportamento das pessoas que, por sua vez, reagirão a partir de suas crenças, valores, história de vida e cultura, (Lima, 2007).

No cotidiano profissional a utiliza-se a comunicação para o desempenho de suas diversas actividades, dentre estas, a sua função como educadora e prestadora de cuidados, bem como, ser elo de ligação entre a equipe multiprofissional e os diferentes serviços, exige do jornalista um maior domínio da habilidade de comunicar-se.

A comunicação consiste na transmissão de conteúdos entre duas entidades, neste processo de transmissão, estão necessariamente envolvidos seres humanos porque os animais também comunicam (recorde-se as “danças” das abelhas, a “linguagem” dos golfinhos e das baleias, e o ladrar dos cães, entre muitos outros exemplos).

*Todavia, ao longo desta unidade curricular, a nossa preocupação recairá exclusivamente sobre a comunicação humana, isto é, entre seres humanos. Quanto aos conteúdos susceptíveis de serem transmitidos, eles podem ser muito diversos: informações, sentimentos, ideias, ordens, opiniões, etc, Claude Shannon (1916-2001) e Warren Weaver (1894-1978).*

A comunicação é a forma de transmitir informações, com a finalidade de promover interações sociais, é um processo inerente à vida humana preponderante nas relações sociais. A abrangência do campo da comunicação é muito ampla, entender as suas formas, conceitos e relações com a sociedade é importante, pois não existe sociedade organizada sem a comunicação. Desde o surgimento do homem no planeta a noção de sobrevivência levou à formação de grupos, e a necessidade de comunicação a partir do momento do entendimento da importância das relações humanas, (CIMT, 2020).

Comunicação é a capacidade de partilhar, participar ou tornar comum através da comunicação os animais e os seres humanos partilham diferentes informações entre si, a comunicação pode ser realizada de forma verbal e ou não-verbal.

A comunicação verbal exterioriza o ser social e a não-verbal o ser psicológico, sendo sua principal função a demonstração dos sentimentos, em geral, é atribuída maior relevância à comunicação verbal expressa pela linguagem falada ou escrita. Nossa vida seria impossível sem que nos comunicássemos com outras pessoas e porque não dizer com os animais e principalmente com Deus, como pessoas falamos, gesticulamos, escrevemos e outras formas de comunicação existentes.

## **2.5 Comunicação oral**

Comunicação oral é a interação de ideias entre emissor e receptor por meio da fala, a mensagem é transmitida por um código em determinado canal e contexto. A boa comunicação oral prevê três pontos: (1) explanação correta; (2) boa audição, e (3) interpretação. Na expressão oral, a linguagem utilizada será sempre verbal e directa, frente a frente ou à distância por meio de um veículo (TV, rádio, internet, entre outros), (Rocha, 1997).

Para se ter uma boa comunicação oral e transmitir uma mensagem de forma eficaz, é preciso falar com naturalidade, ter uma postura simpática e confiante, desenvoltura, entre outras características. A comunicação oral tem o poder de deixar a mensagem clara, contornando mal entendidos ou situações inesperadas.

A comunicação oral é a forma mais directa de se comunicar, já que para que ela ocorra é preciso ter a presença do emissor e receptor, não necessariamente no mesmo local, mas no mesmo momento. Além da conversa pessoalmente, há outras formas de realizar a comunicação oral, como o rádio ou telefones, (Gontijo, 2004).

Os principais problemas na comunicação oral estão relacionados com os níveis de compreensão das pessoas, não é incomum alguém dizer que foi mal compreendido, isto porque ele falou uma coisa e a pessoa entendeu outra. Este problema pode estar relacionado com o emissor que não conseguiu transmitir a ideia de maneira correta ou com o receptor que possui certa limitação de compreensão.

Assim, ela está inserida no nosso dia-a-dia, em diversas situações de convívio social e corporativo. Para que seja eficaz, a comunicação deve ocorrer na forma passiva e activa. A primeira é quando recebemos a mensagem, seja, ouvindo alguma fala ou lendo uma mensagem, enquanto a segunda

forma nós somos o emissor da mensagem, ou seja, nos comunicou por meio da fala ou escrita, (Gontijo, 2004).

### **Exemplos:**

- Rádio comunicação oral;
- Jornais, revistas, livros e similares - comunicação escrita;
- TV - comunicação oral e escrita (caracteres na tela);
- Conversas com outras pessoas - comunicação oral;
- Interação nas redes sociais e na internet como um todo - pode ser oral ou escrita. Um exemplo disso é a comunicação por mensagens no Whatsapp que pode incluir as duas formas de comunicação.

## **2.6 Comunicação escrita**

A comunicação escrita é um meio que permite expressar ideias, opiniões ou informações através de um computador ou folha de papel, pedra, gravura e outro forma de fixação gráfica, é de extrema importância na vida do ser humano, (Lima, 2007).

Este método de comunicação escrita assenta num emissor que é responsável pela emissão de textos informativos, investigativos ou de análise jornalística, cujo objectivo é transmitir as mensagens a um destinatário. Este instrumento possui características, vantagens, desvantagens e métodos que o tornam muito preciso, o valor na actualidade é significativo devido ao avanço da tecnologia.

É aquela comunicação que se estabelece por meio de palavras ou outro código que possibilita a interação de uma ou mais pessoas em seu ambiente. A comunicação escrita difere da comunicação oral, não está sujeita ao espaço ou ao tempo, e posso nunca saber dessa comunicação. A interação entre o emissor e o receptor não é imediata e pode nem ocorrer, embora o que está escrito dure para sempre, alguns exemplos de comunicação escrita são: brochuras ou folhetos, cartas, e-mails, jornais e revistas, livros, a internet e todas as suas variantes.

## 2.7 Linguagem de sinais

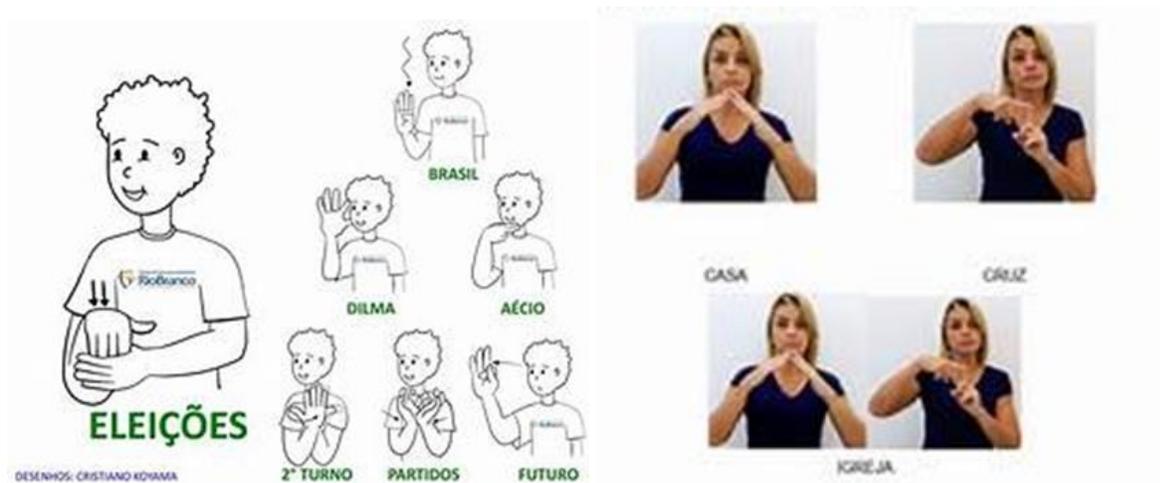
A linguagem de sinais é feita através de códigos, gestos, sinais, expressões faciais e corporais e de imagens. Apesar de não usarmos da mesma forma que a comunicação verbal, necessitando de um passivo e activo, a comunicação não-verbal está muito presente no nosso quotidiano, por exemplo, sinais de trânsito, comunicação entre portadores de necessidades especiais, (Marques, 1975).

A linguagem de sinais é mais predominante em pessoas portadoras de deficiência auditiva de forma que possam comunicar-se eficazmente com outros interlocutores que percebam a linguagem de sinais, tendo como principal recurso os gestos manuais para passar informação.

- **Placas de trânsito:** Vale lembrar que elas usam símbolos, mas também cores, sendo as vermelhas como regulamentação, as amarelas como advertências, as azuis como serviços auxiliares e assim por diante.
- **Faixas no solo:** Usadas em locais públicos para organizar filas, estabelecer distanciamento social, indicar direcção, entre outros.

**Gestos e mímica:** É um bom exemplo de uso de gestos para representar uma mensagem, mas podemos considerar os gestos de maneira geral como uma excelente forma de comunicação, os gestos, como explicados acima, fazem parte da linguagem universal e que pode ser compreendida por pessoas que falam outros idiomas.

A linguagem de sinais é universal em muitos sentidos, poderá ainda usar gestos e expressões que poderão ser captadas e entendidas pelas pessoas, isto acontece com muita frequência quando precisamos nos comunicar com pessoas que falam outros idiomas.



**Fonte:** google (2023)

## 2.8 O Sistema Braille

O Sistema Braille é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas, inventado na França por Louis Braille, um jovem cego. Reconhece-se o ano de 1825 como o marco dessa importante conquista para a educação e a integração dos deficientes visuais na sociedade, antes desse histórico invento, registaram-se inúmeras tentativas em diferentes países, no sentido de encontrar um meio que proporcionasse às pessoas cegas condições de ler e escrever.

Dentre essas tentativas, destaca-se o processo de representação dos caracteres comuns com linhas em alto-relevo, adaptado pelo francês Valentin Haüy, fundador da primeira escola para cegos no mundo, em 1784, na cidade de Paris, denominada Instituto Real dos Jovens Cegos, foi nessa escola, onde os estudantes cegos tinham acesso apenas à leitura, pelo processo de Valentin Haüy, que estudou Louis Braille.



**Fonte:** Haüy, (1784).

O Sistema Braille é a forma de comunicação utilizada por portadores de deficiência visual para receber informação tendo como principal recurso do tacto.

Valentim criou o primeiro sistema de leitura, que utilizava o alfabeto vulgar, inspirando no alto-relevo das moedas. Utilizando o alfabeto vulgar, recortavam-se as letras em pano e as colavam em papel para fazer os livros, porém esse método era muito lento e dispendioso. Com o tempo passou-se a utilizar a impressão em relevo com a utilização da prensa de blocos de madeiras esculpidos com as letras e algarismos, dessa forma os cegos também podiam conhecer o alfabeto e combinar os blocos, formando palavras e frases.

## **2.9 Inclusão social**

Segundo Gil a inclusão social “é o processo pelo qual a sociedade procura adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”, portanto, quando não há acessibilidade, não há isonomia, igualdade, justiça ou propriamente a inclusão, (Gil apud Schlünzen; et al., 2005, p. 212).

A inclusão da pessoa cega na sociedade pode ser feita, por meio de uma educação adaptada às suas limitações e de tecnologias que visam eliminar essas barreiras, conhecidas como tecnologias assistivas, de acordo Borges (1996).

O ser humano percebe o mundo através de todos os sentidos simultaneamente: visão, tato, paladar, audição e olfacto. “A percepção acontece à medida que objectos do ambiente comunicam estrutura do meio informacional que, ao final, chegam a nossos receptores sensoriais, levando à identificação interna de objectos.” (STERNBERG, 2008, p. 119).

Recebemos estímulos externos por meio dos órgãos dos sentidos que os enviam ao cérebro para interpretá-los e criar representações mentais do mundo.

## **2.10 Cidadania Comunicativa**

Para Mata (2006), o cidadão pode ser aquele que demanda e decide, ou seja, o sujeito que cumpre diversos papéis na sociedade. Assim, compreendemos que através da Cidadania Comunicativa, o indivíduo pode ampliar a participação dele na sociedade.

[...] a cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e da acção cultural, social, política e comunicacional. (Bonito, 2016, p.188)

Para dar conta da compreensão usamos o conceito de Cidadania Comunicativa de Maria Cristina Mata, que se fundamenta na participação activa dos sujeitos, desde o "seu lugar de fala", de onde estão inseridos, até os modos de apropriação dos meios para a expressão da sua cultura, opinião ou filosofia.



Além disso, vários grupos internacionais e empresas como a Microsoft e a IBM vêm discutindo e pesquisando sobre acessibilidade para a *web*, existem algumas directrizes que devem ser seguidas durante a programação de um site que permitem que o deficiente visual possa acessar o conteúdo de forma em sua totalidade.

Quando utiliza-se de imagens, mesmo que essas contenham texto, é necessário que o programador coloque uma legenda que a descreva correctamente, pois os leitores de tela só são capazes de ler texto. Um site acessível também deve ser programado para que possa ser acessado totalmente via atalhos do teclado, actualmente existem algumas acções que são programadas para acontecer somente com o uso do mouse o que se torna inviável para quem não pode enxergar, (Bica, 2008).

Outra tecnologia que vem facilitando muito o acesso a informação e a comunicação dos deficientes visuais são os *smartphones* e *tablets*. Aparentemente, a tecnologia *touchscreen*, com tela lisa e interface altamente visual, deveria tornar tais dispositivos pouco acessíveis, uma vez que “a textura, na percepção tátil dos cegos, é factor essencial para o entendimento da existência de nuances ou diferença no objecto apreciado” Toniolli e Pagliuca (Filho, 2008).

O iPhone é uma das grandes referências na acessibilidade, desde a versão 3GS ele já vem com a função *Voice Over*, já presente nos computadores da Apple. Ele funciona como uma leitor de tela: ao movimentar os dedos pela tela os aplicativos são descritos. Para acessá-los basta dar dois cliques. No caso de digitação de texto, pode ser feito passando os dedos pelo teclado ou por meio de ditado na versão 4S.

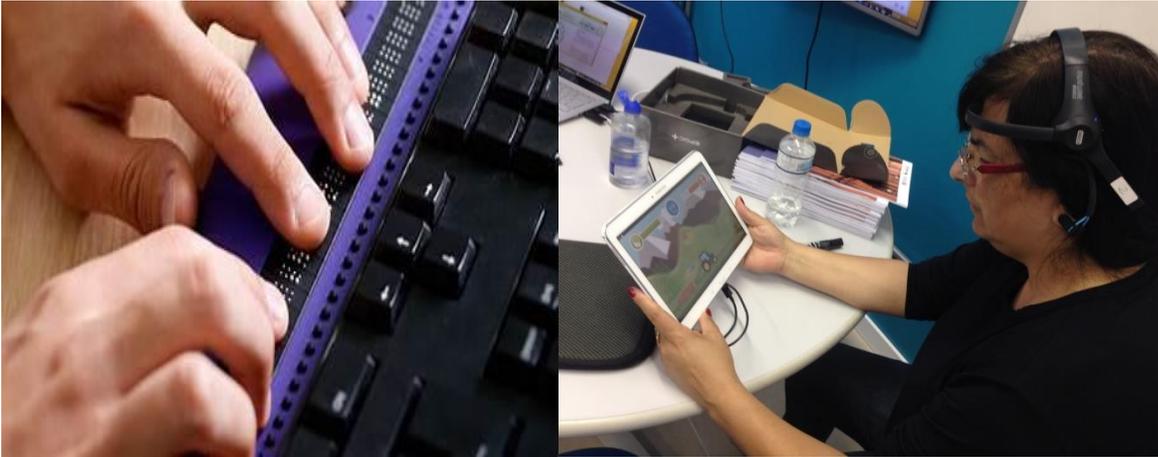
## **2.12Tecnologias assistivas**

A tecnologia assistiva diz respeito a qualquer recurso ou serviço criado com o objectivo de proporcionar independência, qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência, por meio da ampliação das suas capacidades funcionais.

Segundo Santarosa (,2003, p. 2) as tecnologias assistivas podem ser classificadas em próteses físicas, quando trata-se de dispositivos que ajudam o deficiente a desempenhar uma função que ele não pode naturalmente ou tem dificuldades, como é o caso da bengala para o deficiente visual, e próteses mentais, que objectivam o desenvolvimento cognitivo, sócio-afectivo e de comunicação, como é o caso do Sistema Braille.

Algumas das principais tecnologias assistivas existentes actualmente para deficientes visuais, sendo esses os principais recursos aos quais a publicidade tem acesso para garantir a inclusão desse público em suas campanhas.

### Teclado em Braille



**Fonte:** ISEAT 2023

### 2.13 Audiodescrição

Dentre os recursos de acessibilidade a audiodescrição é um dos mais importantes na inclusão cultural e social do deficiente visual, porém é também um dos menos conhecidos entre o público vidente. “A audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão.” (FRANCO; SILVA, 2010, p. 19).

A audiodescrição, também conhecida como AD (áudio descrição), pode ser utilizada nas mais diversas produções culturais como televisão, cinema, teatro, óperas, desfiles, eventos esportivos, etc. É realizada por uma equipe de normalmente de quatro pessoas, sendo uma delas deficiente visual, em cima da peça audiovisual já pronta, aproveitando os silêncios e lacunas dos vídeos para inserir a narração de informações essencialmente visuais e relevantes para a compreensão das produções, como cenários, adereços, vestuário, expressões faciais, linguagem corporal e acções, sem contudo prejudicar as trilhas e efeitos sonoros.

Em casos de eventos ao vivo os profissionais também são treinados para realizar a descrição em tempo real. “Existem três regras de ouro para a descrição: descrever o que está lá, não dar uma versão pessoal do que está lá e jamais falar em cima de diálogos e comentários” (ITC, 2000).

Em salas de exibição e casas de espectáculo costuma-se oferecer fones de ouvido com as traduções simultâneas para que o deficiente visual possa acompanhar as exibições juntamente com o resto do público. Já na televisão analógica é utilizando o Programa Secundário de Áudio (SAP), na televisão digital também é utilizado um sistema semelhante entre a escolha dos canais de som da televisão.

A audiodescrição é um recurso importante na inclusão do deficiente visual na sociedade, pois permite, através das descrições dos programas televisivos, o conhecimento das normas de interacção social (linguagem corporal, estilos de roupa, etc.), dando maior independência e segurança à esse público, e trazendo ainda o benefício, segundo Schmeidler e Kirchner (2001).



Fonte: Kirchner (2001).

### **3. Contextualização da pesquisa**

De acordo com o Censo 2017 (INE, 2017), organizado pelo Instituto Nacional de Estatística Estatísticas, mais de 12 milhões de cidadãos possuem algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual, o que representa 23,9% da população total.

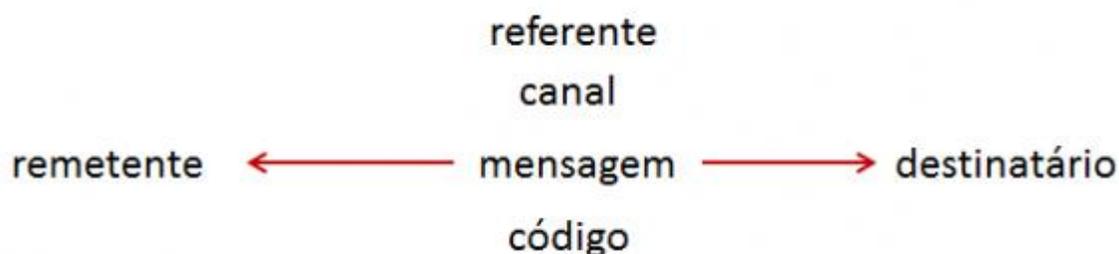
Apesar de ser um número significativo, pouca atenção é dada à questão, nas mais diversas esferas, na Comunicação, não há democratização do acesso inclusivo e, verifica-se que, na mídia moçambicana, quase todos os produtos jornalísticos (sonoros, audiovisuais, impressos, multimídia e ambientes virtuais) são orientados para o consumo de uma audiência ouvinte e vidente.

Se revisitarmos a imprensa desde sua chegada, por exemplo, observamos que os deficientes visuais sempre necessitaram da leitura de terceiros para terem acesso à informação. Na TV, os surdos

dependeram, permanentemente, das pessoas ouvintes para explicarem as notícias que circulam, nas modalidades de jornalismo para o rádio, a mesma situação. E até no webjornalismo, que nasceu há pouco tempo, segue parcialmente o padrão mas com a sua evolução vai se modificando a forma de apresentação de conteúdos de para que seja cada vez mais inclusivo aos portadores de deficiência.

Segundo Belarmino (2014), os hábitos de consumo de conteúdos jornalísticos por pessoas cegas, cerca de 70% dos deficientes visuais e auditivos preferem receber informação pela internet recorrendo a plataformas criadas para o efeito, contudo mesmo entendendo que esses usuários buscam a socialização por meio do ciberespaço “o webjornalismo ainda não desenvolveu vínculos de reconhecimento dessas pessoas como consumidores de notícias, e, em alguma medida, desconhece os direitos de acesso à informação por essas colectividades” na sua totalidade.

### 3.1 Elementos da Comunicação



**Fonte:** Roman Jakobson (1997)

O remetente (ou emissor) é aquele que emite a mensagem, pode ser um indivíduo ou um grupo. A mensagem é o objecto da comunicação e é constituída pelo conteúdo das informações. O canal é a via de circulação da mensagem (voz, ondas sonoras, uma folha de papel, um blog, um livro). O código é o conjunto de signos e as combinações de usos desses signos (a língua portuguesa, por exemplo). O referente é constituído pelo contexto, pela situação e pelos objectos aos quais a mensagem está relacionada. Por fim, o destinatário é aquele que recebe a mensagem, Roman Jakobson (1997).

Roman Jakobson identificou seis funções da linguagem, correspondentes a cada um dos seis elementos: emotiva, poética, fática, metalinguística, referencial e conotativa, em cada uma delas, predomina um dos elementos da comunicação.

### **3.2 Lei de acesso a informação em Moçambique**

A Constituição da República de Moçambique (CRM) consagra este direito no artigo 48. Um dos elementos mais importantes na CRM está no facto de existir uma clareza entre a conexão entre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. É deste modo que surge a Lei de Imprensa e do Direito à Informação.

O Direito à Informação baseia-se no pressuposto de que a informação detida por entidades públicas é pertença da sociedade, não dos funcionários, agentes do Estado ou outras pessoas que tenham a informação.

Os governos surgem para servir à população e é neste contexto que produzem ou colectam informação que se encontra na sua posse, essa informação deve ser revertida, conseqüentemente, para fins de interesse público.

Direito à Informação compreende a faculdade de solicitar, procurar, consultar, receber e divulgar informação de interesse público que esteja nas diversas entidades obrigadas a partilhá-la, segundo determinam os artigos da Lei do Direito à Informação nº 34/2014, de 31 de Dezembro.

#### **Direito à Informação e Jornalismo**

Há uma relação forte entre o direito à informação, a imprensa e o jornalismo. O jornalismo é uma actividade cujo objectivo principal é divulgar factos para a população. Como parte do exercício do jornalismo, os profissionais de imprensa são obrigados a aceder às fontes de informação para buscar dados relevantes. Entretanto o exercício deste tipo de Direito pode ser gozado por todos os cidadãos. Este facto ganha mais expressão no campo do jornalismo. Não há jornalismo sem informação.

#### **Entes Obrigados a dar Informação**

Todas as instituições que tenham informação de interesse público são obrigadas a partilhá-la, conforme comanda o artigo três (3) da lei do Direito à Informação. É informação de interesse público aquela que directa ou indirectamente afecta a vida dos cidadãos nos domínios sociais, económico, cultural, político e de outra natureza. A questão de interesse público não é a única que define as instituições que são obrigadas a dar informação.

## **Cidadãos Na Vida Pública**

A permanente participação democrática do cidadão na vida pública pressupõe o acesso à informação, de modo a formular e manifestar o seu juízo sobre a governação.

Este princípio tem ligação com o de promoção do exercício da cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição de um país. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática.

Os pedidos de informação devem ser atendidos e decididos com simplicidade e rapidez. A informação deve ser disponibilizada na forma e no prazo legalmente definidos (máximo são 21 dias).

## **Formas De Pedido De Informação**

Os jornalistas podem solicitar informação de várias formas, as principais formas são:

- Oral;
- Escrita (veja modelo de pedido de informação, em anexo);
- Meios gestuais;
- Linguagem de sinais e
- Outras formas de comunicação.
- O pedido de acesso à informação é obrigatoriamente apresentado por escrito, quando:
- Incide sobre a competência oficial;
- Se trate de informações relativas a assuntos.

De serviço, excepto se o pedido se destinar a procedimento civil ou criminal em virtude das mesmas informações, portanto, só é exigível a apresentação escrita em situações concretas. É notável que todas estas circunstâncias são referentes a um tipo de informação pouco solicitado pelos cidadãos.

## **Formas De Disponibilização De Informação**

A informação é disponibilizada na forma específica requerida pelo interessado, excepto se, por razões tecnológicas ou de outra natureza, não seja possível satisfazer a pretensão, caso em que será disponibilizado na forma mais conveniente, quer para a administração, quer para o cidadão. A informação deve ser disponibilizada tendo em conta casos específicos (som, imagem, texto, vídeo).

#### 4. Jornalismo e acessibilidade para a construção da cidadania

A comunicação tem um papel fundamental na sociedade, pois “é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social” (Bordenave, 1987, p. 19). De acordo com o autor, é através dela que as pessoas têm oportunidades de partilhar ideias e experiências, capazes de influenciar no contexto em que estão inseridas. Por isso, compreende-se que o jornalismo tem o papel de criar informações que acrescentem conhecimentos a sociedade.

O direito à informação é uma dimensão da cidadania e dos direitos humanos, pois a cidadania “se concretiza na liberdade de opinião e expressão, de participação política e no acesso aos bens necessários à vida e ao desenvolvimento intelectual” (Peruzzo, 2007, p.46).

A esfera técnica do jornalismo permite propor questões que tratam dos desafios de tornar conteúdos acessíveis, num cenário em que os dispositivos móveis são cada vez mais fortes em relação os veículos de preferência para a distribuição de conteúdos de toda ordem, inclusive os jornalísticos. Partimos da premissa de que esses desafios passam pela via dos processos de interdisciplinaridade e colaboração entre os diversos campos: O dos informáticos, o dos engenheiros de telecomunicações, o dos *webdesigners*, o dos jornalistas (Belarmino, 2016, p.122).

Chama-se de “cidadania comunicacional” o acesso às tecnologias de informação e comunicação incentivando a interacção de pessoas portadoras de deficiência, antes inviável pela falta de inclusão. A partir dessas considerações, é importante discutir a cidadania comunicacional para que seja possível remover barreiras na informação além de incentivar novas iniciativas.

A cidadania comunicativa compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. Este é um forte indicador do direito à comunicação e à informação e dos processos de democratização, que ampliam a capacidade de intervenção e de acção cultural, social, política e comunicacional (Bonito, 2016, p.165).

É importante ressaltar que ter acesso gratuito aos recursos digitais não faz com que toda a informação seja acessível a todas as pessoas. Para que o cenário actual mude, acredita-se ser necessária a inclusão dos temas acessibilidade comunicacional e inclusão social na grade curricular dos cursos de comunicação e jornalismo pois “quase todo o processo de produção e distribuição dos conteúdos, nos mais variados formatos, está na mão do próprio jornalista” (Belarmino, 2014, p.8).

O conteúdo, aliado a interfaces acessíveis que levam em consideração o desenho universal e directrizes de acessibilidade, seria o ponto inicial para produtos jornalísticos que objectivam atingir todos os públicos.

Cabe ressaltar a importância de pensar a acessibilidade no jornalismo desde o início da criação de produtos e informações na medida em que isso não excluiria mais uma parte da sociedade.

Acessibilidade Comunicativa deve ser parte da génese da pauta, para que seja planejada, contemplada e desenvolvida conjuntamente com as demais características, evitando assim que os conteúdos, depois de prontos, sejam adaptados às necessidades das pessoas com deficiência, esta prática, ao longo do tempo, contribuirá naturalmente para a optimização do processo de produção jornalística sob as lógicas do Desenho Universal.

É preciso que os jornalistas e demais produtores de conteúdo entendam que conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência não são um "trabalho extra", mas sim uma clara demonstração de respeito à diversidade funcional das pessoas e ao direito humano à comunicação sem barreiras (Bonito, 2016,p.192).

Portanto, é necessário incluir acessibilidade em todos os quesitos da sociedade, principalmente relacionados à informação, pois ela é capaz de nortear um conjunto de factores. O jornalismo deve fomentar discussões e contribuir para melhorias na transmissão de mensagens para que atinja todos os públicos interessados. Por isso, além de uma mudança de interfaces ou de plataformas, os processos de produção de jornalismo devem ser repensados.

Para o profissional de comunicação, o primeiro passo é fundamental para a criação de conteúdo acessível enquanto o passo dois é mais direccionado para designers e criadores de sites e aplicativos na medida em que traz apontamentos sobre como tornar documentos digitais acessíveis a partir de seus formatos.

A acessibilidade do texto pode ser vista como uma das questões mais importantes na medida em que é o principal meio de transmitir informação. Uma das questões mais importantes para tornar o texto acessível é a sua estrutura e a capacidade de navegar (navegabilidade). Estrutura de texto geralmente se refere a se os parágrafos estão na ordem certa para o usuário a seguir, tornando mais fácil de ler, ou existência de leitura híbrida para deficientes auditivos e visuais.

Se a estrutura do texto estiver mal organizada poderá causar problemas na compreensão da informação na medida em que a tecnologia poderá perder a lógica incorporada. A informação textual deve ser “estruturada rotulando logicamente elementos diferentes que a compõem, como a utilização sequencial de cabeçalhos, legendas e tabelas” (ICT4IAL, 2015, p.12).

A acessibilidade de imagem tem grande importância porque é capaz de auxiliar na transmissão do significado da informação. Para que a imagem tenha utilidade para todas as pessoas, “a entrada visual também deve ser apresentada usando uma descrição adicional das informações. A principal tarefa para tornar as imagens acessíveis é atribuir-lhes um texto alternativo” (ICT4IAL, 2015, p.17). No caso de pessoas com deficiência visual, este ponto é fundamental pois sem a descrição de uma imagem, o leitor de tela apenas passa por ela, sem mencioná-la. Isso poderá fazer com que o usuário perca uma parte da informação.

O papel do profissional de comunicação deve ser direcionado para a busca de uma mídia que seja inclusiva, capaz de fazer com que a informação atinja o público em sua totalidade. A indústria da comunicação se encontra em um momento de abertura a diferentes iniciativas. Por isso “é importante que esta possibilidade seja utilizada para se garantir a acessibilidade aos conteúdos, atendendo-se, assim, a todas as características das pessoas, tanto em suas limitações quanto em suas preferências (Torres, Mazzoni & Alves, 2002, p.91).

Com tecnologias que permitem interações de diferentes formas, a busca de produtos diferenciados se torna presente diariamente, é necessário inovar, atrair o maior número de pessoas e de garantir o direito à informação.

#### **4.1 Acessibilidade comunicacional**

Acessibilidade comunicacional é, portanto, oferecer recursos, actividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes, (Bonito, 2016, p.165).

#### **4.2 Fundamentação da inclusão social na Comunicação**

Embasando tais afirmações e ressaltando mais do que a importância, o carácter essencial dessa temática, a (Inclusão) a comunicação como: “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

A Acessibilidade Comunicacional é a ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual.

Para Romeu Sasaki, (1999) Comunicação em Inclusão, ao classificar as dimensões da acessibilidade diz que a comunicacional, é aquela que se dá sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

## **CAPITULO III**

### **5. METODOLOGIA**

O objecto de estudo desta pesquisa é a TVM e a TV Surdo entre o período de 2021 – 2024, recorrendo a um estudo comparativo para análise temática da acessibilidade comunicativa de pessoas com deficiência, tendo como aspectos relevantes por analisar a grelha de programas das duas instituições, a produção noticiosa bem como acessibilidade comunicativa, de forma a responder a pergunta de partida, hipóteses. São analisadas cerca 60 reportagens para melhor compreensão deste tema.

A execução de um estudo comparativo entre os modelos seleccionados tem como objectivo apresentar os veículos quanto as suas características, similaridades e diferenças, comparando-os no que diz respeito ao projecto, disposição e funcionamento dos comandos no interior de cada carro. A observação teve como foco o painel, porém também foram levantadas informações a respeito do lançamento de cada veículo, com aspectos externos e internos de design. Já o uso da técnica da Caixa Morfológica, ajudou a apresentar os dados de maior importância do estudo comparativo, (MARCONI, LAKATOS, 2011).

#### **5.1 Quanto a abordagem**

A presente pesquisa pautou-se pelo método qualitativo por reunir um conjunto técnicas utilizadas para análise de dados num campo das letras visando explorar ambientes subculturas e aspectos de vida social de um grupo a estudar, descrever comunidades diferentes, analisando processos e transmitir-lhes um determinado significado.

Compreender processos e interpretações entre pessoas e suas situações circunstâncias, eventos, padrões, contexto social e cultural visando identificar problemas e generalizar hipóteses constitui o fundamento do estudo científico (MARCONI, LAKATOS, 2011).

#### **5.2 Método Indutivo**

É o processo de operação que consiste em estabelecer uma série de verdade universal com base no conhecimento de certo número de dados singulares inferirem proposições de menores generalizações, ou seja, do particular para o geral, (Marconi, Lakatos, 2011).

Através da observação sistemática dos fatos, um levantamento particular dos dados, encontram-se determinadas conclusões prováveis tendo como premissa principal a verdade, aliado ao conceito de empirismo, na investigação baseado na observação dos fenómenos naturais.

A metodologia estaria dividida em quatro etapas, colecta de informações a partir da observação rigorosa da natureza, reunião, organização sistemática e racional dos dados recolhidos, formulação de hipóteses segundo a análise dos dados recolhidos, comprovação das hipóteses a partir de experimentações dos resultados obtidos.

### **5.3 Método Comparativo**

Método comparativo compreende em estabelecer paralelos entre dois ou mais objectos de estudo, para analisar semelhanças e diferenças, é um método para comprovar ou refutar teorias e hipóteses que se baseia em comparações, (LAVILLE E DIONNE, 1999).

Nessa perspectiva, no processo de comparação, identificar as semelhanças permite organizar e relacionar o novo conceito com o conhecimento que já existe, por outro lado, estabelecer as diferenças permite discriminar o novo conceito de outros parecidos, para evitar confusão.

O método é aplicado na descrição de variáveis estudadas de forma mais detalhada, classifica as informações a partir da montagem de tipologias de comparação, estabelece relações de causa e efeito a partir da comparação.

### **5.4 Quanto aos objectivos**

Quanto aos objectivos a pesquisa é exploratória, uma vez que este tipo de pesquisa objectiva maior familiaridade com o problema tornando-o explícito, ou à construção de hipóteses, envolve o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, análise de exemplos que estimulem a compreensão, (Kauark *et al.* 2010: 28).

Na perspectiva de Gil (2008) a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com o objectivo de proporcionar uma visão geral do tipo aproximativo acerca de um determinado facto.

A opção por este tipo de pesquisa é prática na recolha de informação uma vez que este tipo de pesquisa não se limita apenas a uma técnica de recolha de dados, podendo abarcar várias técnicas em simultâneo. Com a realização do estudo de caso na TV SURDO foi possível aferir o contributo da inclusão informativa.

## **5.5 Métodos de Procedimento**

### **5.5.1 Método monográfico**

Este método consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com a finalidade de obter generalizações, (LAKATOS & MARCONI, 1992, p. 40). De acordo com Gil (2008: 18) o método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes.

O método monográfico tem como princípio o estudo de um caso em profundidade e pode ser considerado representativo de muitos outros, ou mesmo, de todos os casos semelhantes. O processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico corresponde ao que se denomina pesquisa.

Importa fazer uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que colectam e registaram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, trata-se de uma investigação radical de um caso, seja com especificidades particulares ou colectivas. A investigação deve observar todos os factores que o influenciaram e analisa-lo em todos os seus aspectos.

Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros, este método consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações.

### **5.5.2 Técnicas de Recolha de Dados**

Na recolha de dados relevantes para a pesquisa, privilegiou-se o uso de três (3) técnicas designadamente, a pesquisa bibliográfica, documental e entrevista; a combinação das três técnicas permitiu o cruzamento das informações directas e indirectas de modo a aprofundar o conhecimento.

## **5.6 Quanto aos Procedimentos Técnicos**

### **5.6.1 Pesquisa Bibliográfica**

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos, Gil (2008: 50). Manzo (1971) e Trujillo (1974) apud (Lakatos & Marconi, 2003: 183) consideram que a pesquisa bibliográfica oferece meios para explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente e tem por objectivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulações de suas informações.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica, não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propício o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A escolha desta técnica deveu-se ao facto de a mesma ter a vantagem de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama maior de fenómenos mais amplos do que aqueles que poderiam serem pesquisados directamente.

## CAPITULO IV

### 6. Apresentação e Análise de dados:

Analisar a rotina da práxis jornalística e dos jornalistas ante a deficiência da existência da acessibilidade comunicativa na produção, e publicação de seus conteúdos, na TV Surdo e na TVM como objecto de estudo, pois esta é a maior empresa de comunicação de Moçambique também porque ela trabalha com diferentes tipos de conteúdos, o que daria uma maior compreensão da real situação temática nas redacções.

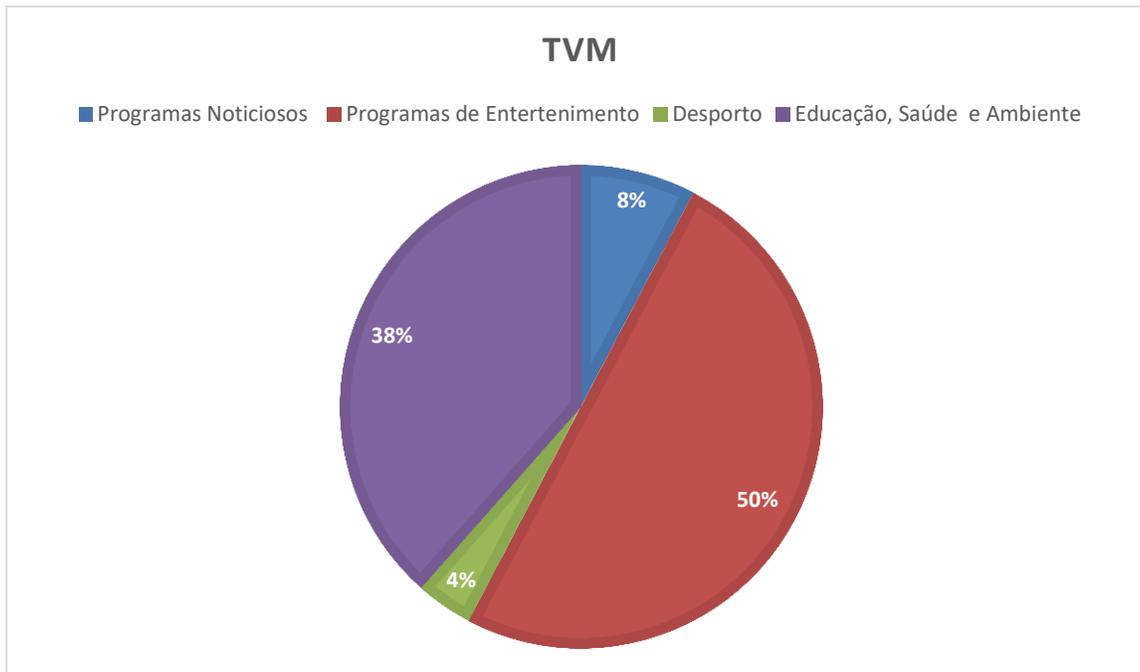
Neste sentido, entendemos que o Jornalismo, a partir do seu papel social de informar e comunicar, bem como, de dar ao receptor a capacidade de criar sua própria opinião e exercer o seu papel de cidadão, deveria considerar as diversidades das pessoas em relação às suas capacidades e habilidades distintas para consumir os conteúdos gerados. Quando há barreiras comunicativas que impedem as pessoas de consumir as informações com autonomia, podemos afirmar que estes direitos essenciais são feridos na essência e, por consequência, o jornalismo perde o carácter e passa a um estado deficiente de comunicação.

No campo da Comunicação, mais especificamente no Jornalismo no sentido do “fazer jornalístico” o tema tem sido negligenciado, embora iniciativas isoladas já apontem caminhos e directrizes para mudar esta realidade.

A comunicação pública é essencial na vida do indivíduo, dessa forma existe uma necessidade de que as informações relacionadas às iniciativas dos órgãos públicos ou produzidas por eles sejam acessadas por todos, visto que são de interesse colectivo podendo estar associada à saúde, à garantia de transporte ou educação, etc.

Com a chegada do sinal digital, deve constituir uma obrigatoriedade impor novas regras para a TV aberta para implantar gradualmente o recurso da audiodescrição (narração descritiva objectiva das imagens no mesmo instante em que estão aparecendo na televisão, que se manifestam o interesse entre as falas e imagens nas pausas entre as informações). Da mesma forma que aconteceu com a inserção do *closed caption*, a audiodescrição passa ser obrigatória com o intuito de oferecer igualdade de condições aos que possuem algum tipo de limitação.

## Programas da TVM



Fonte: Elaborada pela autora

A grelha de programação da TVM é composta em cerca de 50% de programas de entretenimento onde os telespectadores são a camada juvenil na maior parte das vezes segundo as chamadas telefónicas que são feitas a televisão, a página das redes sócias, a interacção é feita de forma que não seja abrangente em termos comunicativos, gestos, sinais e etc.

### Programação da TVM

-50% entretenimento, publico jovem que interagem via chamadas telefónicas e pelas páginas das redes sociais, a interacção é feita de forma não abrangente em termos comunicativos, gestos, sinais etc

**Produção noticiosa-** 38% de programas de debate de educação, saúde e fenómenos sociais a TVM não apresenta nenhum espaço de comunicação inclusiva de pessoas com deficiência.

**Acessibilidade comunicativa-** 4% são compostos por conteúdos desportivos que também estão na mesma linhagem de comunicação fechado a pessoa com deficiência auditiva.

A transmissão dos valores culturais moçambicanos neste tipo de programa para pessoas com deficiência auditiva não se faz sentir devido a forma como é feita a comunicação automaticamente fragiliza –se uma determinada classe.

Uma das áreas mais importantes em uma sociedade é a educação e a saúde porque constituem o pilar de uma nação sendo assim os programas mais formais e interactivos de exposição de ideias educativas e que favorecem a liberdade de expressão também encontrasse fechados ou simplesmente sem possibilidade de apresenta-se alguma ideia devido a natureza comunicativa do programa que não permite explorar o tema ou conhecer o que esta a se explicar porque não existe nenhum recurso de auxílio comunicativo.

Com cerca de 38% de programas de debate de educação, saúde e fenómenos sociais a TVM não apresenta nenhum espaço de comunicação inclusiva de pessoas com deficiência, sendo reservados 4% para conteúdos desportivos que também estão na mesma linhagem de comunicação fechado a pessoa com deficiência auditiva.

A grelha de programação da TVM reserva simplesmente um único programa para passar informação totalmente inclusiva que dispõem de leitura para pessoas com deficiência auditiva terem a oportunidade de acompanhar o contexto informacional nacional.

Como um órgão publicou a TVM deveria ter uma programação mais extensiva de cobertura mediática que atendam um determinado tipo de necessidade, porque na verdade muitas pessoas ficam excluídas no acesso a informação devido as limitações que apresentam.

Os programas de informação apresentam uma característica diferente na grelha noticiosa da TVM sendo disponibilizado uma tela noticiosa no canto inferior direito na linguagem de sinais para leitura de pessoas com deficiência auditiva, o que é muito importante no processo de acesso a informação.

O Bom Dia Moçambique, Jornal da Tarde e Jornal da Noite são os privilegiados de obterem um certo tipo de tratamento noticioso para os telespectadores acompanharem as noticias de forma mais inclusiva possível.

O jornalismo deve oferecer intérpretes de língua de sinais, que possuem a linguagem de sinais e técnicos, telespectadores que sejam usuários da língua de sinais e capacitados para o ensino do português como segunda língua. Precisa também elaborar uma grelha que respeite a diferença dos cegos para os surdos identificarem-se com a cultura de sua comunidade e não somente com a cultura. (PEREIRA, 2009, 24).

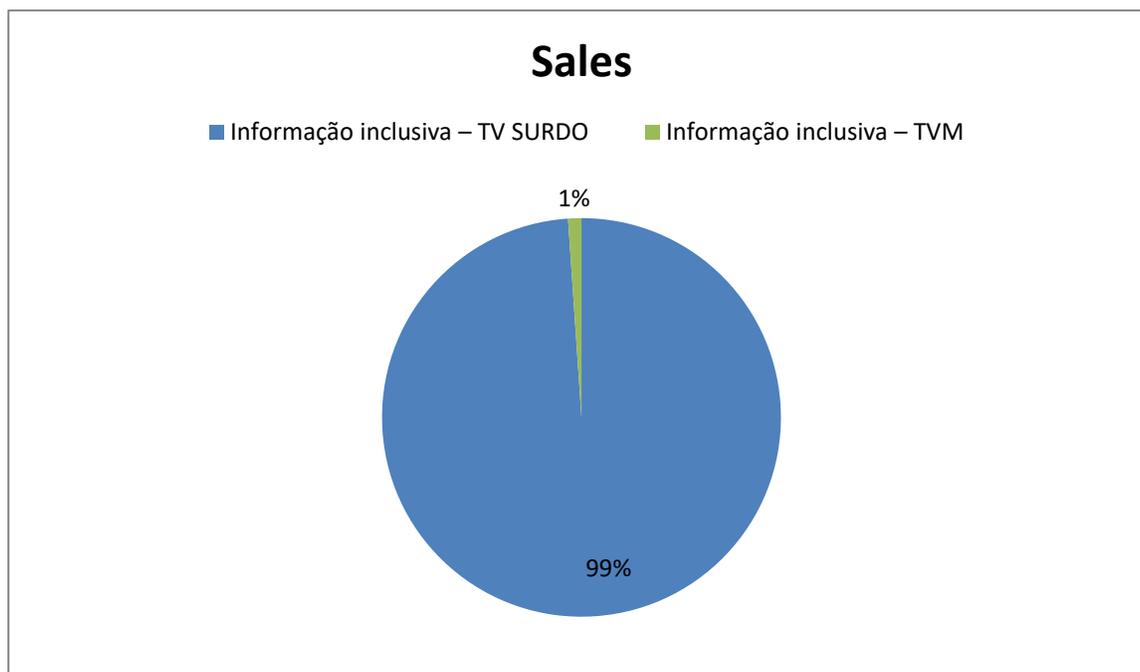
A Língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como meio de comunicação movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão. Portanto, ela é diferenciada da Língua Portuguesa de ouvintes que é uma língua oral- auditiva, porque na Língua Portuguesa utilizamos sons que são emitidos pela voz, que para um surdo é impossível de se perceber.

A inclusão do aluno surdo na escola comum deve levar em consideração as propostas de atendimento a esses alunos, respeitando suas especificidades e a forma do aprendizado de cada um, não impondo barreiras no processo de ensino-aprendizagem.

O principal resultado obtido neste trabalho foi poder compreender o contexto em que o Jornalismo se encontra no que tange a produção de conteúdos com acessibilidade, é evidente que se necessita de uma mudança cultural, no seu modo de fazer e pensar em relação à produção quotidiana.

Os profissionais têm consciência da sua função social, porém, trabalham e produzem comunicação apenas para os grupos hegemónicos das pessoas que enxergam e ouvem sem dificuldade.

## TV SURDO



Fonte: Elaborada pela autora

A linguagem de sinais é feita através de códigos, gestos, sinais, expressões faciais e corporais e de imagens. Apesar de não usarmos da mesma forma que a comunicação verbal, necessitando de um passivo e activo, a comunicação não-verbal está muito presente no nosso quotidiano, por exemplo, sinais de trânsito, comunicação entre portadores de necessidades especiais, (Marques, 1975).

Na TV surdo cerca de 99% da informação é inclusiva a pessoas com deficiência auditiva, a transformação dos sistemas informacionais para inclusão de pessoas com deficiência auditiva significa uma mudança na gestão, produção dos conteúdos que possibilita o acesso às classes comuns. Significa ainda a ampliação da oferta do atendimento especializado que propicia a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo. Assim, uma nova gestão dos sistemas educacionais prevê a prioridade de ações de ampliação do acesso à informação, o desenvolvimento de programas para formação de jornalistas e sua adequação constitui uma prioridade.

Portanto, a Língua de Sinais deve ser o principal meio de comunicação entre pessoas com, porém, somente o seu uso não é condição para resolver o problema da surdez, pois há outros saberes importantes a serem dominados por essas pessoas.

A TV Surdo apresenta um estilo característico na produção audiovisual dos seus conteúdos, sendo todos eles produzidos para o contexto inclusivo de pessoas com deficiência auditiva, embora que os seus conteúdos são transmitidos em outras televisões, ou seja, a TV Surdo funciona como uma produtora e firma compromissos com outras organizações para passarem seus conteúdos.

Esta organização que trabalha em prol do bem-estar a pessoa com deficiência em vários estágios, ela visa inserir esta classe ao ambiente social de forma que esteja mais acolhida e satisfeita a sua necessidade educacionais, familiares e sociais.

Os conteúdos da TV Surdo são todos transmitidos na TVM, STV, TV MUNIGA entre outras televisões que firmaram parcerias com esta instituição.

Percebe-se que em um ou outro caso há o reconhecimento do dever do profissional e o papel dele, mas na prática a acessibilidade comunicativa é completamente ignorada na prática cotidiana, conforme dito por um dos editores da emissora em entrevista realizada.

Âmbito jornalístico, porém sabemos que a exclusão das “Pessoas com Deficiência” (PcD) ocorre em diversos contextos, compreendemos que o Jornalismo tem uma função social determinante, pois através da beneficiação da informação, o cidadão forma a sua opinião e pode gerar consciência sobre sua cidadania. Assim, o jornalismo também exerce uma função pedagógica, ou seja, ele transforma a informação em conhecimento e este em atitude.

Portanto, quando assistimos ou lemos uma matéria jornalística e percebemos que até a nomenclatura correta “Pessoas com Deficiência” (PcD) não é usada e dá espaço ao antigo e ao desapropriado “Pessoas com Necessidades Especiais” (PNE), percebemos que não é apenas o facto de não existir pessoas

capacitadas ou problemas de recursos para a produção de conteúdo acessível, mas trata-se de falta de interesse do profissional e descaso para com a luta histórica destas pessoas que atuam num mundo dominado por culturas hegemónicas que as desconsideram.

A acessibilidade está vinculada à criação de alternativas de adaptabilidade para o consumo da informação por pessoas com deficiência, contudo, grande parte dos principais meios de notícias em Moçambique demonstram ainda não estar sensibilizados para garantir informação a todos os grupos sociais e, por isso, não fazem uso das práticas recomendadas de inclusão e acessibilidade.

Neste sentido, podemos considerar que na TVM há uma preocupação em parte na produção e circulação de conteúdo acessível, entretanto, esse assunto ainda é muito novo e tratado de uma maneira muito rasa nessas redacções.

Contudo, como o assunto é novo, os profissionais não sabem como produzir conteúdo acessível, ou seja, não sabem como fazer, isso ficou muito claro e eles, não tiveram vergonha de demonstrar desconhecimento sobre a temática.

Tratamos aqui do âmbito jornalístico, porém sabemos que a exclusão das PcD ocorre em diversos contextos, compreendemos que o Jornalismo tem uma função social determinante, pois através da beneficiação da informação, o cidadão forma a sua opinião e pode gerar consciência sobre sua cidadania. Assim, o jornalismo também exerce uma função pedagógica, ou seja, ele transforma a informação em conhecimento e este em atitude.

Entendemos que quando não há informação acessível essas pessoas têm sua cidadania desprezada e ficam fora dos processos da cidadania quotidiana, esta falta de interesse parte do princípio de que as leis existentes e em vigor não prevalecem sobre os interesses ou a ignorância institucional das empresas de comunicação, assim como também não se é cobrado devidamente o uso de recursos de acessibilidade na produção de conteúdos jornalísticos.

Com o advento da internet e a convergência mediática, acreditávamos que o Jornalismo iria avançar em relação aos seus conteúdos acessíveis, porém, podemos afirmar que se há algo deficiente este algo é o conteúdo produzido. Acreditamos que a mudança deve acontecer, primeiramente, no profissional, pois já existem recursos tecnológicos disponíveis para a produção de conteúdo acessível que não são complexas ou demandariam um empreendimento não razoável para fazê-lo, bem como existem cursos e especializações académicas para capacitar o profissional para que possa trabalhar com esses recursos. A TV Surdo, é um canal de televisão moçambicano dedicado exclusivamente à produção de conteúdo voltado para pessoas com deficiência. Seu papel é crucial na promoção da inclusão e na disseminação

de informações acessíveis. A TV Surdo oferece uma programação diversificada que inclui notícias, entretenimento e educação, adaptada para pessoas com deficiência auditiva e, em menor grau, visual. A iniciativa demonstra um esforço significativo para preencher a lacuna de acessibilidade informacional no país.

### **Programação da SURDO / Plataformas digitais e parcerias**

- . Programa de Língua de Sinais
- . Programa XIPALAPALA
- . Impacto das Mudanças Climáticas em Moçambique
- . Podcast
- . Melhorando Vidas
- . A Saúde Sexual e Reprodutiva
- . Informação

## **CAPITULO V**

### **7. Considerações Finais**

O principal resultado obtido neste trabalho foi poder compreender o contexto em que o Jornalismo se encontra no que tange a produção de conteúdos com acessibilidade, é evidente que se necessita de uma mudança cultural, no seu modo de fazer e pensar em relação à produção quotidiana.

Os objectivos Foram alcançados parcialmente porque a TV Surdo garante acesso a Informação para Pessoas com Deficiência Visual e Auditiva enquanto a TVM somente o telejorne apresenta comunicação multiforme ou seja, acessível para todos cidadãos.

As técnicas usadas pela TV Surdo utilizada Técnica Assertiva e Téc. Expressiva, As técnicas usadas pela TVM são Técnica Assertiva e Téc. Expressiva. O estudo nega a primeira hipótese, que faz a alusão a falta de conhecimento técnico dos profissionais da TV Surdo e da TVM.

Confirma a segunda hipótese, baseada na falta de recursos financeiros na TVM para a aquisição de novas tecnologias acertivas. Assim, podemos apontar que há um descaso dos veículos de comunicação jornalísticos com deficiência em relação à produção de conteúdos acessíveis. Ressaltamos que essa desconsideração não parte apenas do fato dos profissionais não produzirem conteúdo acessível, mas sim de não reflectirem sobre estas questões comunicativas para as pessoas com deficiência e muito menos as reconhecerem como parte da sociedade e cidadãos de direitos adquiridos.

Acessibilidade Comunicativa deve ser parte da génese da pauta, para que seja planejada, contemplada e desenvolvida conjuntamente com as demais características, evitando assim que os conteúdos, depois de prontos, sejam adaptados às necessidades das pessoas com deficiência.

O jornalismo deve fomentar discussões e contribuir para melhorias na transmissão de mensagens para que atinja todos os públicos interessados. Por isso, além de uma mudança de interfaces ou de plataformas, os processos de produção de jornalismo devem ser repensados.

Nossa proposta nesta pesquisa foi a de criticar a produção de conteúdo acessível nas redacções jornalísticas, criar conteúdos com acessibilidade comunicativa. É preciso reconhecer e resgatar o carácter social do jornalismo através de jornalistas que desempenham o papel de atores sociais capazes de beneficiar as informações em prol da razão colectiva, do bem-estar social, em nome da cidadania e em respeito aos Direitos Humanos, uma delas é a criação de leis que obriguem as organizações mediáticas a serem mais inclusivas.

## 8. Referências Bibliográficas

- BARBOSA, José Rozembergue de Melo. Contribuições Psicopedagógicas acerca do Implante Coclear. 2015. 29f. TCC (Graduação em Psicopedagogia) - Universidade federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.
- BELARMINO, Joana. **Jornalismo e Acessibilidade**: Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, 5., 2014. Anais. Campo Grande: 2014.
- BONITO, Marco. **Jornalismo digital deficiente e inconvergente**, INTERCOM, Fortaleza, 2012.
- BORGES, José Antônio. *Dosvox: um novo acesso dos cegos*. Rio de Janeiro, 1996.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** , 1948.
- BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**,1948.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência**. IBGE, 2012. 32 p.
- CARLETTO, Ana Cláudia; CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**, 2023.
- CHALUB, S. Funções da linguagem. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997 (Série Princípios, 119)
- Chambo, M. (2017). Inclusão social e acesso à informação: um estudo sobre as percepções das pessoas com deficiência visual. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- CONDE, Antônio João Menescal. *Definindo a Cegueira e a Visão Subnormal*. Instituto Benjamin Constant: 2012
- GARCÍA FERNÁNDEZ, José Manuel y Juan PÉREZ COBACHO: "El niño con déficit auditivo en el aula. Desarrollo, comunicación e intervención", Murcia, DM - Diego Marín, 2001.
- GIL, M.: Deficiência visual. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.
- GILL, Marta(org). *Deficiência Visual*. Brasília: MEC - Secretária de Educação a Distância, 2000. Cadernos da TV Escola 1.
- GOURMELIN, Marie-Josèphe, e Jean-François GUEDON (1992), Como redigir um tema de desenvolvimento (trad.), Mem-Martins, Publicações Europa- -América. LIMA, José Pinto de (2007), Pragmática, Lisboa, Caminho.

Lei de Direito a informação, 2014,

Lopes, A. (2018). Desafios na implementação de políticas de acessibilidade em Moçambique. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos.

Mace, R. (2020). Assistive technology and information accessibility. New York: Routledge.

MARQUES DE MELO, José. Comunicação Social: teoria e pesquisa. 4. ed. Petrópolis:

MARTELOTTA, M.E. Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2011

MATA, Maria Cristina. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación.** Revista Fronteiras: 2024.

PIZZANO, Geisa Wantowsky. Atividades para Terapias de Reabilitação Auditiva e Dificuldades de Aprendizagem. 1ª ed. Curitiba: Booktoy, 2016.

PORTO, Olívia. Bases da Psicopedagogia Diagnóstico e intervenção nos problemas de aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

ROCHA, Ruth.. Rio de Janeiro: Scipione, 1997. 747 p. GONTIJO, Silvana. O Ediouro, 2004. 463 p.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. SONZA, Andréa Poletto. *Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais.* v 1. n 1. 2003.

STERNER, Robert J. *Psicologia Cognitiva.* Tradução: Roberto Cataldo Costa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. Título original: Cognitive Psychology.

VANOYE, F. Usos da linguagem. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

World Health Organization. (2011). World report on disability. Geneva: World Health Organization.

## 9. Anexos

### Guião de Entrevista

Bom dia! Sou Paulina Lobo estudante de Jornalismo, na Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane.

Este guião de entrevista foi elaborado com o objectivo de recolher dados acerca da Acesso a informação de portadores de Necessidades Especiais no Jornal Notícias 2023. Peço a sua colaboração nas respostas, responsáveis sinceras e verdadeiras fundamentais para o sucesso deste estudo, de culminação do curso.

### Questionário

1. Será que existem jornalistas habilitados para escrever para pessoas portadoras de necessidades especiais.
2. Como Profissional já produziu alguma reportagem com conteúdo acessível a todos os públicos?
3. O que se deve ter em conta na elaboração pauta para pessoas portadoras de necessidades especiais?
4. Como é que fazem para ter acesso as fontes de informação?
5. Os sites da empresa possuem acessibilidade para saber o número de usuários com deficiência que consomem vossas informações no site da TV SURDO?
6. Quais são os meios que utiliza para ter acesso a informação?
7. *Você costuma ter acesso a algum tipo de publicidade?*
8. *Quais as principais dificuldades encontradas no acesso a informação ?*
9. *Existe algum órgão de comunicação que promove a inclusão informativa em Moçambique?*
10. Porque, “Justificar a resposta?
11. O que se pode dizer da inclusão digital de pessoas portadoras de necessidades especiais?
12. A conferência de imprensa como deveria acontecer de forma a ser inclusiva?
13. Como analisa as políticas governamentais de acesso a informação para pessoas com necessidades especiais?
14. O que se pode melhorar?

## **Entrevista a Jornalista da TV Surdo**

**Será que existe jornalistas habilitados para escrever para pessoas com deficiência visual e auditiva? A todos públicos?**

Boa tarde sou Jornalista, sou surda, quanto a questão apresentada, eu penso que não existe jornalista para escrever para determinado publico mas escrevemos para todos em particular para os portadores de deficiência, preparávamos pecas, notícias gerais assim como qualquer jornalista, só que o nosso programa é específico também produzimos informação específica.

**Como profissional de comunicação Já produziu notícias inclusivas?**

Sim, claro que elaboramos.

**Qual é a característica da TV Surdo que lhe deferência das outras Tv's?**

o que nos deferência é que a Tv Surdo tem objectivo de promover pessoas portadoras de deficiência, igualdade em todas as áreas, como jornalismo, cultura.

**O que deve se ter em conta na elaboração da pauta para promover pessoas com deficiência?**

Nos primeiro fazemos uma pesquisa sobre os possíveis acontecimentos, identificamos a fonte, e reunimos as informações e trabalhamos nelas.

**Como procuram as fontes?**

Primeiro deve se saber do assunto para poder procurar a fonte, Encontramos através dos nossos contactos, pessoas que conhecemos que tem a informação necessária ou recorremos a outros que possam nos indicar as fontes de informação.

**Os sites da instituição tem acessibilidade para controlar o números de pessoas portadoras de deficiência que entram e visualizam vossas informações?**

Temos esses dados sim, na nossa plataforma.

Temos um responsável de monitoria e avaliação onde ele responde acerca dos dados das pessoas que recebem nossas informações ou procuram nossas páginas, acompanham a TV surdo.

Existe algum órgão de comunicação que promove a inclusão no acesso a informação em Moçambique?

Não existe outra além da Tv Surdo.

**Mas porque?**

Não sei ao certo mas já apresentamos a questão as órgãos competentes, mas acho que seja mesmo a falta de interesse dos Midas bem como do governo. Nos em particular como “Tv Surdo’ estamos a massificar a inclusão digital em Moçambique.

**A conferência de imprensa como deveria acontecer de modo a ser inclusiva?**

Ter interpretação de forma a ser mais inclusiva., nos publicamos as nossas informações na TVM, STV e TV Muninga, são nossos parceiros. Estamos a preparar conteúdos educativos para que tenham mais informação inclusiva.

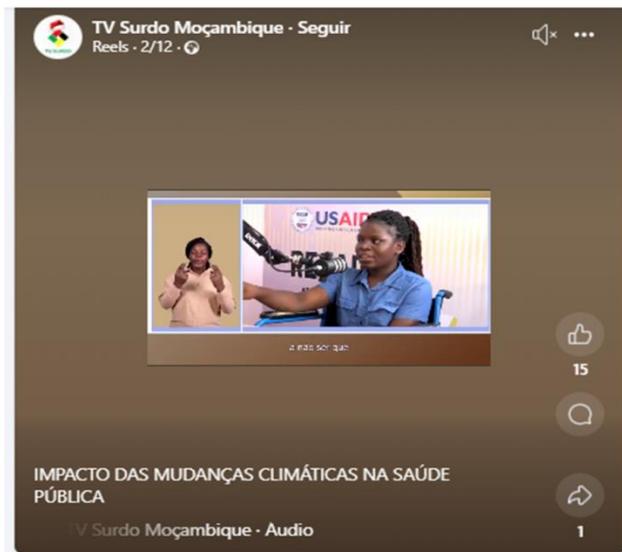
# BRAILLE Alphabet

A	B	C	D	E	F	G	H	I
J	K	L	M	N	O	P	Q	R
S	T	U	V	W	X	Y	Z	
.	,	?	!	'	-	CAPITAL	#	0
1	2	3	4	5	6	7	8	9



← Previous week							Next week →
Seg. 02.12.2024	Ter. 03.12.2024	Qua. 04.12.2024	Qui. 05.12.2024	Sex. 06.12.2024	Sáb. 07.12.2024	Dom. 08.12.2024	
02:00	Asas: Mulher e o Direito ao Trabalho ( Repetição)						
02:30	TV Surdo ( Repetição)						
03:00	Grande Entrevista						
04:00	Passadeira Vermelha ( Repetição)						
04:45	Análise Global ( Repetição)						
05:40	Hino Nacional						
05:45	Ginástica: Txuna a Saúde Com Obadias - "Zumba"						
06:00	Bom Dia Moçambique						
08:00	Roda Viva: "20 de Agosto - Dia da Cidade da Beira" (Repetição/Sofala)						
09:00	Primeira Página						

### Programas com linguagem de sinais



Fonte: Tv Surdo

### EXEMPLO DE ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA